

“Meu Corpo, Minhas Regras”: Direito ao Corpo e Narrativas Feministas nas Redes Sociais¹

Bruna RODRIGUES²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Este artigo integra uma pesquisa mais ampla que investiga as campanhas de mulheres vítimas de violência que se desenvolveram nas redes sociais virtuais. No recorte que propomos aqui, discutimos a importância do corpo como elemento central da demanda feminista contemporânea, o que se expressa, entre outros exemplos, nas campanhas “Não mereço ser estuprada”, “Chega de fiu fiu” e “Meu primeiro assédio”, que aconteceram entre os anos de 2013 e 2015. A partir de uma perspectiva genealógica, investigamos as condições que possibilitaram a emergência da figura do corpo, bem como a relevância atual do debate sobre violência sexual, que vem sendo associado às reivindicações de mulheres.

Palavras-chave: corpo; sexualidade; feminismo; redes sociais.

Introdução

O feminismo que se desenrola nas redes sociais é um dos que possui maior visibilidade hoje. A Internet tem funcionado como espaço de articulação de ativistas e também como via de acesso a determinadas discussões, como disse a filósofa Marcia Tiburi: “As mulheres que não se sabiam feministas estão se descobrindo, saindo do armário do patriarcado também pelos portais virtuais”³. As campanhas de teor feminista que se dão no espaço virtual possuem alguns elementos em comum, entre eles a centralidade da autonomia sobre o corpo e a luta contra a violência sexual. Esse é o caso de campanhas como “Não mereço ser estuprada”, “Chega de fiu fiu” e “Meu primeiro assédio”, que obtiveram ampla repercussão tanto na Internet quanto na mídia tradicional.

Certamente as temáticas do corpo e do assédio sexual estão presentes também fora das redes. Enquanto finalizávamos este artigo, a edição do mês de julho da revista feminina *Marie Claire* anunciava a campanha “Se eu disser não, é estupro”, com a atriz Cléo Pires

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Culturas Urbanas do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ, email: brunamensagens@gmail.com

³ Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2015/12/campanhas-feministas-nas-redes-sociais-evidenciam-a-face-jovem-do-movimento-4923721.html>. Acesso em 10 jul. 2016.

nua na capa⁴. Em junho, outra revista feminina já havia lançado uma campanha, dessa vez virtual, reunindo celebridades que divulgavam suas fotos inspiradas na ilustração *Rosie the Riveter*, que se tornou símbolo do feminismo nos anos 1980. Imitando a pose da operária que arregança as mangas e mostra seus músculos, artistas publicaram seus retratos acompanhados das *hashtags* “*Glamour por todas elas*” e “*Glamour é girl power*”, em sinal de luta contra a violência de gênero⁵.

O uso do corpo como ferramenta para obter atenção midiática e para servir a propósitos políticos é uma estratégia que vem se tornando recorrente. Exemplos disso são o grupo ucraniano *Femen*, criado em 2008, e movimentos como a *Slut Walk* (“*Marcha das Vadias*”), que surgiu no Canadá em 2011 e vem sendo repetido em outros países, entre eles o Brasil. O direito de expor o corpo que foge aos estereótipos de beleza também seria uma forma de luta contra a opressão. Apesar de podermos problematizar sua eficácia política, em especial dentro de um contexto de banalização da nudez e de constante apropriação do “*corpo real sem retoques*” por marcas de beleza, é notório que diversas causas atuais, da ecologia ao combate a guerras, usam a nudez corporal como estratégia para conseguir chamar atenção pública (SIBILIA, 2015).



Figuras 1 e 2 (da esquerda para a direita): Inna Shevchenko, uma das líderes do Femen ucraniano; manifestantes durante a *Marcha das Vadias* de 2015, no Rio de Janeiro (RJ).

No campo artístico, também se multiplicam os projetos fotográficos que associam sua proposta ao feminismo. O projeto “*Nós, Madalenas*”, da fotógrafa brasileira Maria Ribeiro,

⁴ MARIE CLAIRE, ed. 304. São Paulo: Ed. Globo, julho 2016.

⁵ Disponível em: <http://revistaglamour.globo.com/Lifestyle/Must-Share/noticia/2016/06/famosas-mostram-o-muque-em-campanha-de-combate-violencia-contra-mulher.html>. Acesso em 13 jul. 2016.

reúne imagens de mulheres que escrevem no próprio corpo as palavras que representariam o feminismo. O ensaio “The Feminist Photos”, da fotógrafa Liora K., também usa o corpo feminino como suporte de palavras e frases que denunciam desigualdades e hierarquias de gênero⁶.

Na realidade, a questão da autonomia sobre o corpo já vem sendo discutida desde a chamada segunda onda feminista, nos anos 1960 e 1970. Para compreendermos o momento contemporâneo, é necessário, portanto, que façamos uma breve retrospectiva do movimento de mulheres, pois ele nem sempre foi tão fortemente pautado pela questão corporal. As primeiras organizações feministas pleiteavam, sobretudo, o acesso à cidadania, por meio da instrução e do sufrágio. Uma vez essas demandas conquistadas, a pauta passou a ser a hierarquia de gênero ainda resistente nos espaços privados.

Em seguida, passamos à discussão central deste trabalho: por que razões o corpo passou a receber tamanho destaque? Quais mudanças socioculturais ocorreram e qual foi o papel do movimento de mulheres nessas transformações? Por que o combate à violência sexual parece ter se tornado a luta comum entre as diferentes perspectivas que hoje compõem o feminismo, ou os feminismos, no plural, como seria mais apropriado?

Nossa compreensão é de que não se trata de uma simples questão de conscientização, mas sim de condições sociais que fazem com que as experiências de violência sexual sejam hoje comunicáveis, ou seja, que haja escuta de tais vivências por parte da sociedade. Uma das razões para isso é o fato de a violência sexual ser entendida como um atentado à liberdade individual do sujeito, algo extremamente valorizado a partir do individualismo que emerge na Modernidade.

Discutimos também como a violência sexual se tornou o grau máximo da maldade, o que demonstra uma mudança na sensibilidade social a esse tipo de violência. Mudaram os sentidos dos crimes sexuais, bem como as maneiras de defini-los e julgá-los. A temática da violência sexual, antes cercada de silenciamentos, seria resultado da emancipação feminina obtida graças à atuação do movimento feminista, que diminui a tolerância social em relação à violência contra a mulher e “torna mais insuportáveis os atos de dominação e de agressão tradicionais” (VIGARELLO, 1998, p. 244).

Outra explicação é a própria mudança no status social do corpo dentro de um cenário de incerteza e ausência de referências, como diz Le Breton (2003, p. 32): “Só resta o corpo para o indivíduo acreditar e se ligar”. Veremos ao longo do trabalho que o corpo faz parte

⁶ Disponível em: <http://nosmadalenas.tumblr.com/> e <http://www.liorakphotography.com/fineartandactivism>. Acesso em 13 jul. 2016.

de uma reivindicação identitária e tem a ver com o sentimento de soberania pessoal. No caso feminino, ser dona de seu corpo equivale a ser dona de sua própria existência.

O último elemento que ajudou a construir a cena contemporânea e está associado ao individualismo é a noção de que o estupro causa um dano permanente à identidade do sujeito. Houve, nesse sentido, um “deslocamento da atenção para a lesão íntima das vítimas, transformando em irremediável trauma o que outrora era principalmente vergonha moral e ofensa social” (VIGARELLO, 1998, p. 9).

Compreender as condições que levaram à acentuação da sensibilidade à violência sexual nem sempre é tarefa fácil, pois envolve a desnaturalização de noções como avanço ou progresso. Historicizar a violência sexual pode ser compreendido como uma relativização dessa violência ou mesmo uma diminuição do sofrimento das vítimas. Essa certamente não é nossa intenção neste trabalho. O que buscamos aqui é discutir as mudanças nos significados sociais da violência sexual, que levam a novas leituras de nossas experiências individuais e geram um cenário propício ao desenvolvimento de campanhas de mulheres vítimas (efetivas ou potenciais) de violência, tais como as mobilizações já citadas.

As ondas do movimento feminista

Sabendo que as desigualdades de gênero são culturalmente forjadas, é necessário conhecer as estratégias de resistência, ou seja, a ação organizada de mulheres que trabalharam ativamente em vários campos sociais em busca de mudanças nas assimetrias de poder entre homens e mulheres. Tradicionalmente a história do movimento de mulheres no mundo é contada por etapas, chamadas de ondas feministas. Seguiremos essa divisão esquemática apesar de termos em mente que o feminismo é também composto por continuidades e permanências, nunca em uma lógica progressista ou evolutiva.

A primeira onda feminista se refere à luta por direitos ligados à cidadania, como o acesso à educação formal e ao voto. A luta sufragista se organizou inicialmente no começo do século XX na Inglaterra e o direito foi alcançado após a Primeira Guerra, em 1919, depois de muitos embates. “As *sufrajetes*, como ficaram conhecidas, promoveram grandes manifestações em Londres, foram presas várias vezes, fizeram greves de fome. Em 1913, na famosa corrida de cavalo em Derby, a feminista Emily Davison atirou-se à frente do cavalo do Rei, morrendo” (PINTO, 2010, p. 15).

Nos casos inglês e norte-americano, a instrução feminina era em certa medida difundida, o que era facilitado pela tradição religiosa protestante. Já no Brasil, a aristocracia

brasileira, ainda no período colonial, não valorizava a instrução feminina. Na verdade, ela era inclusive vista com desconfiança, o que era reforçado pela Igreja Católica. “O protestantismo era muito mais favorável à instrução das moças do que o catolicismo, que desconfiava da imaginação delas” (PERROT, 1998, p. 102).

Sobre a mulher do período colonial brasileiro, Gilberto Freyre afirma (2003, p. 144): “Mesmo a que frequentava escola ou colégio tornava-se mãe de família sabendo apenas falar mais elegantemente que as outras, juntando ao português um pouco de francês, um pouco de música, um pouco de dança”. Isso se manteve através das décadas seguintes, porque os poucos colégios para mulheres, criados após a vinda da Família para o Brasil, em 1808, propunham uma espécie de continuação do aprendizado doméstico, ensinando boas maneiras e outros conhecimentos que pudessem aumentar o dote recebido no momento do casamento e também colaborar com a instrução dos filhos.

O sufrágio feminino se tornou uma das grandes reivindicações no início do século XX, juntamente com a educação plena e não apenas reservada a mulheres da elite econômica do país. Muitos grupos começaram então a se organizar e foi fundado o Partido Republicano Feminino, que chegou a organizar uma marcha nas ruas do Rio de Janeiro em defesa do voto de mulheres. Essa luta alcançou seu objetivo em 1932, com o novo Código Eleitoral que instituía ainda o voto secreto.

Com o acesso ao mercado profissional e com os direitos ligados à cidadania já consolidados ao longo das décadas seguintes, as mulheres passam a lutar por questões ligadas à vida privada. Esse é o grande mote da chamada segunda onda feminista, que se desenvolve ao longo dos anos 1960 e 1970. Um dos grandes expoentes dessa segunda onda é a escritora e filósofa francesa Simone de Beauvoir, autora de *O segundo sexo* (1949). Na obra, em que consta a célebre “não se nasce mulher, torna-se mulher”, Beauvoir discute que aquilo que compreendemos como próprio do feminino nada mais é do que o produto de um intenso trabalho cultural, que passa a ser visto como natural dada a sua eficácia social.

Já nos Estados Unidos, umas das mulheres mais importantes da segunda onda feminista foi Betty Friedan, autora do livro *A Mística feminina* (1963). Na obra, ela discute a insatisfação das mulheres confinadas ao ambiente doméstico e o estereótipo da dona de casa norte-americana mãe de família e esposa feliz. A insatisfação ou o “mal sem nome” de que tratou Friedan viriam não de alguma fragilidade psíquica feminina, mas do próprio isolamento das mulheres na vida doméstica, sem possibilidade de auto-realização.

É também durante a segunda onda feminista que o conceito de gênero passa a ser discutido no meio acadêmico. Hoje, segundo uma compreensão mais geral dentro das Ciências Humanas, o conceito se refere à apropriação cultural da diferença sexual, como explica Maria Luiza Heilborn (1997, p. 101):

A palavra sexo designa agora no jargão da análise sociológica somente a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e a atividade sexual propriamente dita. Todas as dimensões de comportamento, atividades, experiências dos seres humanos, categorizadas como homens e mulheres, são designadas como gênero. O raciocínio que apoia essa distinção baseia-se na ideia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura.

A discussão da dimensão social da masculinidade ou feminilidade deu origem a outras demandas de mulheres. Questões do âmbito privado passaram a receber especial atenção por parte do feminismo durante sua segunda onda. O surgimento da pílula anticoncepcional, nos anos 1960, colaborou para o processo de liberação sexual ao dissociar o sexo da reprodução. A visibilidade de questões da vida privada pode ser sintetizada nas máximas “nosso corpo nos pertence” e “o privado também é político”, representativas da segunda onda.

A valorização do prazer feminino também vinha acompanhada de questionamento aos padrões de beleza vigentes. É emblemática do período a manifestação do Movimento pela Libertação das Mulheres, que aconteceu em 1968 na cidade de *Atlantic City*, nos Estados Unidos. Durante o protesto, que ficou conhecido como a “queima de sutiãs” (apesar de não ter havido a queima propriamente dita), militantes estimulavam as mulheres a se desfazerem de objetos que simbolizavam a opressão feminina como, por exemplo, os próprios sutiãs, mas também espartilhos, saltos e maquiagem (PEDRO, 2012). Os reflexos da chamada revolução sexual que aconteceu nos Estados Unidos e a atuação dos movimentos de minorias sociais só chegaram ao Brasil nos anos 1980. Até então, o país vivia sob o peso da Ditadura Militar, o que fez com que muitos grupos feministas se unissem a outros movimentos em prol da redemocratização⁷.

Mas se a questão do corpo já era problematizada na segunda onda feminista, é correto afirmar que algo mudou? As demandas que vemos hoje relacionadas à autonomia sobre o próprio corpo são similares àquelas defendidas pelas feministas dos anos 1970 e 1980? Pelo menos um aspecto das demandas atuais não possuía grande expressão na

⁷ O livro *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2014) de Margareth Rago resgata a história de mulheres atuantes durante a resistência ao regime ditatorial e demonstra que os homens não foram os únicos protagonistas na luta pela redemocratização.

segunda onda feminista: a violência sexual. A violência doméstica já era sim problematizada, o que fez com que fossem criadas as Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência. A primeira delas foi criada em 1985, em São Paulo, e rapidamente muitas outras foram implantadas pelo país. Outra discussão que já possuía relevância dizia respeito à interrupção voluntária da gravidez, sobretudo após a regulamentação do aborto na França, em 1975. Muitas feministas voltaram do exílio na Europa e passaram a defender abertamente a descriminalização da prática no Brasil (PINTO, 2010).

No cenário contemporâneo, chamado por alguns teóricos de “terceira onda feminista”, o ambiente virtual é tido como um espaço de ação política feminista, uma ferramenta no combate às desigualdades de gênero. “A partir dos anos 90, surge a ideia de ciberfeminismo, que pode ser definido como um conjunto de estratégias estético-políticas-comunicacionais orientadas à cultura eletrônica, sobretudo a internet e a tecnologia digital” (FERREIRA, 2015, p. 201).

Além de diversos *blogs*, *sites* e páginas de Facebook dedicadas à causa feminista, o espaço da Internet foi tomado nos últimos anos por campanhas que contam com ampla adesão feminina. Trataremos aqui de três delas, por considerarmos que foram as mobilizações que obtiveram maior repercussão, tanto dentro do meio virtual quanto fora dele. A primeira campanha se chamou “Eu não mereço ser estuprada” e foi criada pela jornalista Nana Queiroz em abril de 2014. A iniciativa surgiu após a divulgação de uma controversa pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Segundo seus resultados, que foram posteriormente retificados, 65% dos brasileiros – entre homens e mulheres – concordavam, total ou parcialmente, que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”⁸.

Mesmo depois da correção da informação pelo Ipea (o número real corresponderia a 26% dos respondentes e não a 65% - o que certamente não deixa de ser alarmante), o assunto já tinha sido amplamente debatido na Internet e a campanha com a *hashtag* #EuNãoMereçoSerEstuprada havia viralizado. Milhares de mulheres postaram fotos com uma pequena placa com os dizeres da campanha, algumas delas com os seios à mostra e com a frase escrita no próprio corpo. Apesar de ter sido uma iniciativa de curta duração, ainda hoje existem páginas dedicadas a ela no Facebook, que reúnem muitos registros

⁸ Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/04/nem-elas-nem-bninguem-mereceb.html>. Acesso em 10 jul. 2016.

fotográficos, inclusive de celebridades que aderiram à campanha, como as cantoras Daniela Mercury e Valesca Popozuda.



Figuras 3, 4 e 5: Fotografias que fizeram parte da campanha “Eu não mereço ser estuprada”. Da esquerda para a direita: a jornalista Nana Queiroz; participante não identificada; a cantora Daniela Mercury.

Outro movimento similar em termos conceituais, apesar de esteticamente distinto, foi desenvolvida pelo coletivo feminista brasileiro Think Olga, em 2015. A campanha “Primeiro assédio” (#PrimeiroAssédio) se desenrolou nas redes sociais, como Facebook e Twitter, reunindo testemunhos que narravam as primeiras experiências de assédio sexual de mulheres. A mobilização aconteceu após uma menina de 12 anos, participante de um *reality show* de televisão, ter sido alvo de comentários de teor sexual nas redes sociais. A reação das mulheres foi praticamente imediata. A *hashtag* recebeu uma versão em inglês (#FirstHarassment), que chegou a reunir relatos vindos de países como Chile, Estados Unidos, Inglaterra, Portugal e Holanda⁹.

O movimento não foi a primeira iniciativa do Think Olga a viralizar na rede. Em 2013, o mesmo coletivo já havia lançado a campanha “Chega de Fiu Fiu”, de combate ao assédio contra mulheres no espaço público. Novamente, a “denúncia” se dava na forma de testemunhos de vítimas que narravam suas experiências, de modo anônimo ou não. Posteriormente os relatos passaram a ser agrupadas em um mapa colaborativo virtual, alimentado pelas usuárias¹⁰. Atualmente, um documentário sobre a campanha está em fase de produção, utilizando recursos vindos um financiamento coletivo no site Catarse¹¹.

Além de ter sido amplamente debatida na mídia tradicional, a campanha “Chega de Fiu Fiu” deu origem a um projeto de lei apresentado pelo senador Romário Faria para criminalizar o assédio. O PL64/2015, que ainda não foi votado, tipifica como crime o ato de

⁹ Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/151110_primeiro_assedio_repercussao_cc. Acesso em 10 jul. 2016.

¹⁰ Disponível em: <http://thinkolga.com/2014/04/22/conheca-o-mapa-chega-de-fiu-fiu/>. Acesso em 10 jul. 2016.

¹¹ Disponível em: <https://www.catarse.me/pt/videochegadefiufiu>. Acesso em 10 jul. 2016.

“constranger alguém mediante contato físico com fim libidinoso”, com pena de três meses a um ano de prisão, mais pagamento de multa¹². Na página do parlamentar no Facebook, o questionário elaborado pelo coletivo Think Olga foi inclusive citado como embasamento para sua representação no Senado¹³.

Corpo, identidade e violência

Apesar de já estar presente nessa segunda onda, a centralidade do corpo hoje possui algumas especificidades e está ligada a um movimento mais amplo de valorização da individualidade. A noção de indivíduo como valor básico da sociedade, como seu fundamento político e ético, começa a surgir na Modernidade. O valor supremo nas sociedades marcadas pelo individualismo é a soberania inalienável do sujeito, um imperativo ético que fica claro nas constituições decorrentes da Revolução Americana e da Revolução Francesa. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, documento resultado da Revolução Francesa, em 1789, demonstra que a liberdade individual é um dos grandes bens a serem garantidos pelo Estado.

Ao analisar os códigos e processos penais franceses no tocante ao tema do estupro, o historiador Georges Vigarello oferece um exemplo bastante ilustrativo da mudança instaurada pelo individualismo moderno. Durante o Antigo Regime francês, antes, portanto, da Modernidade, os crimes de roubos nas estradas eram considerados mais graves que estupros e demais formas de violência sexual. “A insegurança física, sobretudo a dos fracos, é relativamente admitida, a ponto de não provocar comoção; a insegurança dos bens, em contrapartida, é imediatamente julgada mais grave, comprometendo uma ordem e sua estabilidade” (VIGARELLO, 1998, p. 29).

Se antes se valorizava o coletivo, a partir da Modernidade a ênfase passa a ser colocada sobre o sujeito e sua individualidade. “A sociedade passou então a ser concebida como uma “associação” de indivíduos. Com isso, o Ocidente foi transformado de ponta-cabeça, deslocando-se de um paradigma holista para um outro que era agora individualista” (BIRMAN, 2005, p. 35).

As mulheres, no entanto, foram alijadas desse processo, sendo tratadas como “sujeitos de segunda classe”, que não tinham direito ao voto e nem acesso completo ao

¹² Disponível em: <http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=161077&tp=1>. Acesso em 10 jul. 2016.

¹³ Disponível em:

<https://www.facebook.com/romariodesouzafaria/photos/a.118367314924915.24204.111949165566730/801785883249718/?type=3&theater>. Acesso em 10 jul. 2016.

espaço público. É somente com a atuação política feminista, em especial nos anos 1960, no sentido do reconhecimento da mulher como sujeito de direito pleno que as coisas começam a se modificar. Ser reconhecida como cidadã também implica a soberania sobre si mesma, sobre seu corpo. À medida que as mulheres se afirmam enquanto cidadãs, diminui a tolerância social a qualquer forma de assédio contra elas. Georges Vigarello (1998, p. 216) resume esse processo ao afirmar: “A mulher se tornou definitivamente, como o homem, um indivíduo privado”. É nesse contexto que a discussão sobre assédio sexual ganha notoriedade, como explica Birman (2005, p. 38)

[...] as mulheres passaram desde então a reagir ao serem colocadas na condição de objeto sexual (natureza) pelos homens, respondendo a essa desqualificação identitária em diferentes instâncias sociais e políticas, inclusive no plano jurídico. Milhares de processos judiciais aconteceram desde então, envolvendo as instituições da família, do trabalho e da universidade. As transformações radicais ocorridas nos códigos sexual e conjugal, desde os anos 60, foram também disso diretamente derivadas.

Vigarello aponta para mais um elemento causador da crescente visibilidade da violência sexual. Além da maior igualdade entre homens e mulheres, a violência sexual começa a ser entendida como algo que causa não apenas lesão física, mas também um dano irremediável ao psiquismo da vítima. Além de ser um atentado contra as fronteiras do corpo, o estupro causaria devastação interior, compreensão que não fica restrita ao campo das ciências psi, mas também passa a fazer parte de nosso senso comum, como explica Vigarello (1998, p. 213):

Insiste-se em uma ‘morte’, uma perda de identidade, uma integridade ultrajada, num tempo em que são maciçamente promovidos os valores individuais, da realização de si e do respeito à singularidade subjetiva’, tempo em que o indivíduo se apóia cada vez mais em seu próprio corpo, em seus recursos, em seu estrito espaço psicológico, e menos em seu ambiente ou na comunidade. O primeiro lugar dado ao trauma confirma, a seu modo, o primeiro lugar dado à autonomia.

Compreender a associação entre sujeito e corpo, ou entre ser um sujeito de direitos e possuir soberania sobre o corpo, só é possível se entendermos também o papel do corpo na cena contemporânea. Ele é entendido como aquilo que concentra nosso *self* e nos permite a apreensão do mundo (LE BRETON, 2003). Isso por si só já significa uma mudança. Ontologicamente pensado como mero suporte da pessoa, sujeito ao envelhecimento e à morte, o corpo se tornou hoje a nossa principal representação, peça essencial para a afirmação pessoal no mundo.

Por que essa mudança aconteceu? O antropólogo David Le Breton afirma que isso se deve à ausência contemporânea de referenciais, associada à crescente individualização

das sociedades contemporâneas: “O desinvestimento dos sistemas sociais de sentido conduz a uma centralização maior sobre si. A retirada para o corpo, para a aparência, para os afetos é um meio de reduzir a incerteza buscando limites simbólicos o mais perto possível de si” (LE BRETON, 2003, p. 32).

Se o corpo se torna a expressão mais clara de nossa identidade, a alteração corporal é capaz de produzir mudanças identitárias nos sujeitos. É esclarecedor dessa dinâmica o caso de transexuais, indivíduos cujo sexo biológico não coincide com sua identidade de gênero. Mudando a forma de seus corpos, eles mudam a si mesmos.

Muitos transexuais vivem sua mastectomia (ablação das mamas em FtM) ou sua penectomia (ablação do pênis em MtF) como um renascimento, ou, pelo menos, como um primeiro passo eminentemente simbólico. Enfim, eles vivem à altura de seu desejo de pertencer ao outro sexo, ou de viajar em seu corpo do modo como desejam (LE BRETON, 2014, p. 22).

Os transexuais demonstram a plasticidade do corpo e seu caráter tecnológico. Além de promoverem alterações por meio da utilização de hormônios e de eventuais intervenções estético-cirúrgicas, os transexuais investem em um aprendizado de gênero que envolve o agenciamento corporal por meio de gestos, posturas, movimentos, modos de vestir, modos de andar, sorrir etc.

O direito ao corpo também significa o direito à circulação desse corpo no âmbito público. Sibilia (2015, p. 183) destaca o protagonismo feminino na utilização do corpo como ferramenta estético-política no espaço público: “De fato, uma das “boas causas” defendidas pelos corpos que hoje adoram se exhibir é, precisamente, o direito de que qualquer um – ou melhor qualquer *uma* – possa mostrar seu corpo nu, para além dos limites do espaço privado”.

Por muito tempo as mulheres foram relegadas à domesticidade, ao mundo privado da casa e da reprodução. A exclusão de mulheres no espaço público remonta à Grécia Antiga, que tinha na pólis o centro de decisão e de poder. O instinto e a sensibilidade feminina fariam com que elas não fossem consideradas capazes de participar da vida da cidade. A percepção a respeito de uma suposta instabilidade feminina também está presente no saber médico que se constituiu a partir do século XVIII. A respeito dos médicos, Michelle Perrot (1998, p. 8) diz que “estes as descrevem como doentes perpétuas, histéricas, à beira da loucura, nervosas, incapazes de fazer abstração, de criar e, acima de tudo, de governar”.

O movimento atual de autonomia sobre o corpo feminino também pode ser compreendido como uma reapropriação ou uma reação aos variados discursos produzidos

sobre o corpo da mulher, alvo de variados sistemas de controle, como o discurso religioso e o discurso médico. A antropóloga Emily Martin, no livro *A mulher no corpo: uma análise cultural da reprodução*, demonstra como as ciências médicas podem funcionar como um veículo de metáforas sociais e não apenas um compilado de descrições neutras: “A partir do século XIX, a ideologia de produção, concretizada nas fábricas, é tão abrangente que chega aos corpos. Os corpos das mulheres passam a ser pensados, nos textos médicos principalmente, como fábricas para a produção de crianças” (MARTIN, 2006, p. 14).

Sendo representados como fábricas reprodutoras, dois processos corporais passam a ser negativamente compreendidos pelo discurso médico: a menstruação (que demonstra a ausência de fecundação) e a menopausa (o fim do período reprodutivo feminino). Isso, segundo Martin (2006, p. 92), contribui para a visão negativa ainda hoje persistente a respeito desses dois processos.

Riscos e entraves políticos

Há que se atentar, contudo, para possíveis efeitos conservadores que podem decorrer desse novo momento do feminismo que dá ênfase à questão da violência sexual como grande pauta unificadora. O primeiro deles é a ampliação excessiva daquilo que é considerado violência e o pânico moral que pode surgir em torno das práticas de sedução e flerte, como alerta a historiadora Margareth Rago, em entrevista à revista semanal *Época* (Ed. Globo):

Outro dia, numa aula, uma moça disse que conhece mulheres que ficam felizes quando ouvem um “boazuda” na rua. É interessante isso também, senão ficaremos iguais aos Estados Unidos, onde um homem te convida para tomar um café e você entende que ele quer te estuprar. Essa lógica punitiva e normativa é complicada. Daqui a pouco o erotismo é impossibilitado. Nós não somos uma sociedade puritana, mas corremos o risco de nos tornar com a americanização tão profunda na vida de todo o planeta¹⁴.

Nesse aspecto, a campanha “Chega de Fiu Fiu” é ilustrativa. Como podemos ler em seu site, o assédio sexual é descrito da seguinte forma: “comentários de teor obsceno, olhares, intimidações, toques indesejados e importunações de teor sexual afins”¹⁵. A descrição é tão ampla e abrange uma variedade tão grande de práticas que seu significado se torna impreciso. Tanto o olhar quanto o toque, passando por comentários de teor sexual, tudo isso é designado sob o mesmo guarda-chuva de “assédio”.

¹⁴ Disponível em: <http://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/margareth-rago-o-feminismo-esta-na-moda-virou-pop.html>. Acesso em 09 jul. 2016.

¹⁵ Disponível em: <http://thinkolga.com/cheга-de-fiu-fiu/>. Acesso em 09 jul. 2016.

Vigarello (1998, p. 221) aponta para essa questão ao discutir o que ele chamou de “paranóia norte-americana”: “Temos então uma vertigem possível, da qual a sociedade americana se torna um exemplo extremo [...] a ponto de punir, algumas vezes, a mera ‘intenção sexual’ ou até o simples *visual harassment* (o olhar excessivamente insistente dirigido a alguém)”. Outro perigo da imprecisão conceitual e da amplitude da noção de assédio é a desvalorização de experiências mais graves de violência. “Se não há diferença qualitativa entre um assédio a uma passante e a imposição ao ato por violência e ameaça, talvez se reduza a repulsa social ao estupro e, pior, a generalização das vítimas pode limitar a solidariedade com aquelas que sofreram a violência efetiva do machismo” (VAZ et al., 2014, p. 30).

Outro risco é apresentado pela antropóloga Adriana Vianna, que afirma: “Predomina o apelo essencialista associado a uma certa leitura da dominação que tenho chamado de vitória do ‘quem ama não mata’ sobre o ‘nosso corpo nos pertence’: a vitória da vitimização e do sofrimento”. Segundo ela, após a Revolução Sexual dos anos 1970, teria havido uma certa moralização das práticas sexuais, aliada à ênfase feminista na questão da violência sexual, que oporia homens e mulheres.

Essa dualidade opositiva também é abordada pela pesquisadora Maria Filomena Gregori ao apontar para a dualidade *agressor ativo x agregido passivo*, que pode ser redutora e ineficaz quando buscamos compreender as relações entre homens e mulheres. Ao analisar as pesquisas que tratavam de violência de gênero, em especial a violência conjugal na década de 1980, Gregori identificou a figura da mulher sendo construída como um personagem completamente passivo e vitimado, o que a levou a afirmar:

É preciso se indignar e se contrapor à violência. Mas não tenhamos a ilusão de que o caminho mais proveitoso seja o de alimentar a dualidade entre vítima e algoz – em que o primeiro termo esteja associado à passividade (ausência de ação) e o segundo a uma atividade destruidora e maniqueisticamente dominadora (GREGORI, 1993, p. 149).

Considerações finais

Há certamente outros fatores relevantes na discussão sobre as campanhas virtuais de mulheres vítimas de violência. Por não haver espaço suficiente neste artigo, deixamos de lado elementos importantes tais como a ascensão da figura da vítima na cena contemporânea e a dimensão política que os testemunhos e as narrativas autobiográficas vêm recebendo na contemporaneidade. Ambos os fatores colaboram com a

comunicabilidade das campanhas de mulheres nas redes sociais e merecem ser explorados futuramente.

Buscamos tratar aqui das razões que explicam a centralidade do corpo nas pautas feministas e nas mobilizações virtuais, bem como a visibilidade da temática da violência sexual. Por meio de uma investigação de cunho genealógico, identificamos a construção de um novo tipo de sensibilidade social a respeito dos crimes sexuais e um deslocamento do limiar daquilo que é considerado ou não violência, fazendo com que o combate ao estupro e ao assédio sexual seja uma das maiores bandeiras de luta do feminismo contemporâneo.

Por último, apontamos para os efeitos negativos que podem decorrer do modo como o feminismo trata hoje a questão da violência sexual. Finalizamos este trabalho com o trecho de uma coluna da escritora Maria Clara Drummond, intitulada “Politicamente correto à brasileira” e publicada na *Folha de São Paulo*, que sintetiza as inquietações éticas e políticas que permeiam esse trabalho e que nos levarão a futuras reflexões: “[...] sinto que é delicado questionar iniciativas feministas quando a maioria dos homens no Brasil ainda se sente no direito de puxar com força o braço da mulher na balada. Mas deveria existir uma maneira de sermos feministas sem sucumbirmos ao puritanismo”¹⁶.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Joel. O assédio na atualidade e seus jogos de verdade. **Revista do Departamento de Psicologia** – UFF, v. 17, n. 1, p. 29-44, Jan./Jun., 2005.

FERREIRA, Carolina. Feminismos *web*: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. In: **Cadernos Pagu** (44), Dossiê Percursos digitais: corpos, desejos, visibilidades, p. 199-228, janeiro-junho, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global Editora, 2003.

GREGORI, Maria Filomena. As Desventuras do vitimismo. In: **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis : Editora da UFSC, n.1, 1993, p. 143-150.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.

LE BRETON, David. Corpo, gênero e identidade. In: FERRARI, Anderson et al. **Corpo, gênero e sexualidade**. Lavras: UFLA, 2014.

_____. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. São Paulo: Papius, 2003.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo**: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

¹⁶ Disponível em: <http://agoraquesaodelas.blogfolha.uol.com.br/2016/02/11/politicamente-correto-a-brasileira/>. Acesso em 13 jul. 2016.

MORAES, Dênis. **Mutações do Visível**: da comunicação de massa à comunicação de rede. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. In: **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

SIBILIA, P. A Nudez Autoexposta nas Redes: deslocamentos da obscenidade e da beleza? Campinas: **Cadernos Pagu** (online), 2015, n. 44, p. 171-198.

VAZ, Paulo et al. Testemunho e Subjetividade Contemporânea: narrativas de vítimas de estupro e a construção social da inocência. Juiz de Fora: **Lumina** (online), 2014, v. 8, p. 1-33.

VIANNA, Adriana; CORRÊA, Sonia. Teoria e práxis em gênero e sexualidade: trajetos, ganhos, perdas, limites... pontos cegos. **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero**, 2006.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro**: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.